

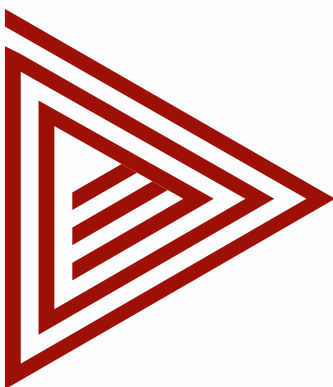
Revista da Associação dos Professores do Ensino Superior da UFJF - APES



n. 118 | Dezembro de 2025

TRAVESSIA





EXPEDIENTE

O TraveSSia é uma publicação da Associação dos Professores do Ensino Superior de Juiz de Fora - Seção Sindical do ANDES-SN (APESJF SSind).

Redação, diagramação e fotos: Isabella Mendes Freitas MTB 014560/MG, Danniel Goulart Reg. 6083 DRT MG, Olavo Claus sob a supervisão de Danniel Goulart e Alice Oliveira sob a supervisão de Isabella Mendes Freitas.

Projeto Gráfico: Isabela Carpinski

Tiragem: 200 exemplares

DIRETORIA 2024/2026

Presidente: Jean Filipe Domingos Ramos (ICSA-GV/UFJF)

Vice-Presidente: Francisco Augusto Lima Manfrini (IF Sudeste MG)

Secretaria Geral: Leonardo Docena Pina (UFJF/João XXII)

1º Secretário: Rubens Luiz Rodrigues (Educação/UFJF)

2º Secretário: Leandro David Wenceslau (Medicina/UFJF)

1º Tesoureiro: Renato Santos Gonçalves (ICSA-GV-UFJF)

2º Tesoureiro: Augusto Santiago Cerqueira (Engenharia-UFJF)

CONTATO

Endereço: Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900

Telefone: (32) 3215-1286

Site: apesjf.org.br

Instagram: @apesjf

Email: faleconosco@apesjf.org.br

LEILA MARIA FONSECA BARBOSA

Nascida em Juiz de Fora, Leila é formada em Línguas Neolatinas pela Faculdade de Letras (Fafle, JF), tem especialização em Literatura Brasileira (UFRJ/UFJF), mestrado e doutorado em Ciência da Literatura pela UFRJ. Professora aposentada da UFJF, atuou nos cursos de Letras e Comunicação Social. Publicou vários livros em parceria com a professora Marisa Timponi, entre eles “Ismael Nery e Murilo Mendes: reflexos” (finalista do Prêmio Jabuti) e “Letras da Cidade”. Recebeu, por seu trabalho de pesquisa sobre a história literária de Juiz de Fora, o título de Cidadã Benemerita e a Medalha Comendador Henrique Halfeld. É Conselheira do Museu Mariano Procópio e do Museu de Artes Murilo Mendes. Em 2024, apresentou uma inédita faceta de artista plástica, com a exposição de desenhos “Lado Oculto”, na Aliança Francesa.



OBRA DA CAPA
Leila Barbosa

Sumário

02 Em busca da Carreira Única para o Magistério Federal

06 Cultura apresenta: PretoVivo

08 Reforma Administrativa: modernização ou destruição?

12 Entrevista: Jean Ramos

17 Inteligência Artificial: o mundo atual vive revoluções por minuto



24 Diretoria Fala

Editorial

Durante muito tempo, o TRAVESSIA foi o principal meio de comunicação entre a diretoria da APES e a base do sindicato. Impresso em papel jornal, de periodicidade mensal, com oito páginas, sua diagramação era feita num computador 386, com incríveis 40 MHz de frequência de Clock, poucos MB de memória RAM e disco rígido de 40 MB. Tudo isso numa pequena tela embaçada e de cores duvidosas.

Com a chegada da internet, as notícias passaram a correr mais que os fatos, o TRAVESSIA foi lentamente se movendo da notícia para a reflexão, mais centrado em artigos, entrevistas, charges. Hoje, a peça gráfica que hora se inaugura alcança o formato de revista, aprofundando o caráter reflexivo e primando por uma apresentação mais sofisticada.

Embora busquemos atualizar a forma, o conteúdo se mantém como na história da comunicação sindical: ressaltar lutas, expor análises, se fazer presente na vida de sindicalizados e sindicalizadas da APES.

Como em outros momentos, a conjuntura segue impondo agendas de retiradas de direitos, de achatamento salarial, e de ataque contra o serviço público. Como desistir não é uma opção, o TRAVESSIA segue firme soltando a voz nas estradas.

Em busca da Carreira Única para o Magistério Federal

Daniel Goulart

Alvo das principais lutas do ANDES-SN, ao longo dos últimos anos, a unificação das carreiras de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e Magistério Superior (MS) segue sendo uma pauta importante do movimento sindical. A carreira EBTT surgiu para substituir a carreira de magistério de 1º e 2º graus pela Lei nº 11.784 de 2008, que dispõe sobre a reestruturação do plano geral de cargos do executivo.

No entanto, ela foi de fato regulamentada em 2012, em lei que versa especificamente sobre o magistério federal. “Após a importante greve da educação federal que durou 125 dias e que teve o ANDES-SN à sua frente defendendo, entre outras pautas, a carreira única, um acordo – não assinado pelo sindicato nacional – resultou na Lei 12.772/2012. Embora utilize

o termo “magistério federal”, essa lei, ao contrário de unificar as e os docentes federais em uma mesma carreira, estabelece a existência de duas: o Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e o Magistério Superior (MS). Vale destacar que a lei não diferencia a natureza das atividades realizadas pelas e pelos docentes das duas carreiras, sendo todas e todos responsáveis por ensino, pesquisa, extensão e atividades administrativas”, explica a professora Daniele Cunha, 1ª vice-presidenta da Regional RS do ANDES-SN, docente do Colégio de Aplicação da UFRGS.

Ela explica que o ANDES-SN tem, desde então, defendido a unificação das carreiras com base no fato de que o trabalho realizado por docentes EBTT é o mesmo de docentes do Magistério Superior: ensino, pesquisa e extensão.

Linha do Tempo - Carreira EBTT



“Também assumimos cargos administrativos e representativos nas instituições de ensino, orientamos trabalhos de conclusão de curso, mestrado e doutorado, participamos de bancas. Assim, nosso trabalho tem a mesma natureza, não há qualquer razão para termos carreiras distintas”. Ela defende o princípio de que funções iguais devem ter as mesmas condições de trabalho e de remuneração.

A existência de duas carreiras abriu espaço para ataques às e aos docentes EBTT: em 2016, o governo Temer publicou a Portaria nº 17/2016, que fixou a carga horária de ensino mínima de docentes EBTT em 10 horas (no Magistério Superior, são 8 horas), prejudicando o tempo dedicado à pesquisa e extensão e sugerindo, desse modo, que tais atividades não são constitutivas da carreira EBTT. Posteriormente, o governo de extrema direita de Bolsonaro publicou a Portaria 983/2020, que impôs o ponto eletrônico para docentes EBTT e aumentou a carga horária mínima de ensino para 14 horas.

“Portanto, vemos medidas sendo aplicadas a uma parte da categoria sem nenhum motivo para tanto, visto que nossas atividades são em essência as mesmas. A carreira única valoriza o trabalho realizado por todas e todos os docentes e fortalece a nossa organização e a nossa unidade como categoria.”



Daniele Cunha, 1ª vice-presidenta da Regional RS do ANDES-SN

Daniele Cunha concorda que, no contexto atual, a efetivação do tripé Ensino/Pesquisa/Extensão é mais prejudicada dentro da carreira EBTT. “Muitas vezes atividades de pesquisa e extensão são realizadas fora das instituições de ensino, e o ponto eletrônico impede ou dificulta que tais atividades sejam feitas da forma mais adequada aos objetivos buscados. Além disso, a exigência de mais horas de ensino do que aquelas fixadas para o MS exige também mais tempo para preparação de aula e para correção de atividades e tem como consequência o prejuízo da isonomia entre ensino, pesquisa e extensão. Ainda, para que as três atividades sejam realizadas da forma planejada nos projetos de pesquisa e extensão e nos planos de ensino, as e os docentes são conduzidos a assumir uma carga de trabalho excessiva, e isso em um contexto de precarização das condições de trabalho e das instituições de ensino, o que torna mais complexa a execução das atividades.”

Conquistas da greve

A luta do ANDES-SN segue firme. A última greve resultou em importantes conquistas para a carreira EBTT: a **alteração do Decreto 1.590/1995**, que dispõe sobre o ponto eletrônico, e a **revogação da Portaria 983/2020**, que regulamentava as atividades da carreira EBTT, impondo carga horária mínima de ensino de 14 horas.

A alteração do Decreto dispensará as e os docentes EBTT do controle de ponto eletrônico, o que já ocorre com docentes do Magistério Superior, tornando equânime o tratamento dado às duas carreiras no que diz respeito a esse aspecto.

Em relação à Portaria 983/2020, foi instaurado um grupo de trabalho do MEC para formular uma proposta substitutiva, que incluirá a redução das horas de ensino para 8 horas. Enquanto isso, está em vigor a **Portaria nº 750/2024**, que é uma reedição da Portaria nº 17/2016 (fixa o mínimo de horas de ensino em 10 horas). O grupo de trabalho do MEC já concluiu os trabalhos e tem um relatório final datado de março de 2025.

Desde a assinatura do acordo, o ANDES-SN vem lutando pela efetivação dessas medidas e pelo cumprimento integral do acordo de greve. “No 68º CONAD, realizado entre os dias 11 e 13 de julho em Manaus, a categoria docente aprovou a intensificação da luta pelo cumprimento do acordo de greve, em especial pela publicação da alteração do Decreto 1.590/1995, e nomeou **Rui Costa como inimigo das e dos docentes EBTT**, visto que é apenas a sua assinatura que falta para a publicação dessa alteração. Além da efetivação do acordo de greve, precisamos alcançar a carreira única, bandeira histórica do ANDES-SN pela qual seguimos lutando”, afirma Daniele Cunha.



Desde a criação do GT da reforma, ANDES-SN e demais entidades seguem mobilizados realizando intensa pressão em Brasília.

Resultados do GT do MEC

Na avaliação de Jennifer Webb, que representou o ANDES no Grupo de Trabalho (GT) sobre a regulação do trabalho docente no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), no âmbito do Ministério da Educação (MEC), o trabalho no GT resultou em conquistas importantes em relação a defesas históricas do sindicato nacional. “A primeira e principal delas é o estabelecimento da carga horária mínima de 8 horas, como é também nas universidades, o que dá o caráter de isonomia entre os docentes EBTT e os docentes do Magistério Superior, em consonância com a defesa da carreira única”, avaliou Jennifer.

Além disso, as e os representantes do GT garantiram que, além do ensino, pesquisa, extensão, gestão e representação institucional, outras atividades também fossem reconhecidas como parte das atribuições docentes, incluindo internacionalização, inovação e representação sindical.

A portaria ainda garante a formação continuada para docentes, como capacitações e pós-graduações, reconhecendo essas atividades como parte do trabalho docente. E, ainda, que a carga horária semanal do docente deverá ser distribuída entre planejamento, elaboração de materiais, orientação de estudantes, entre outros.

No entanto, ainda persistem limitações, como a dependência dos planejamentos institucionais, que, segundo Webb, mantêm características meritocráticas na atuação das e dos docentes EBTT.

Apesar do encerramento das atividades do GT no início de 2025, a portaria transitória resultante dos trabalhos do grupo segue vigente, em um “grande jogo de empurra” entre MEC, MGI e Casa Civil, como denunciou o segundo tesoureiro do ANDES-SN, Diego Marques, em audiência pública sobre o Acordo de Greve realizada no último 11 de setembro.



Jeniffer Webb em uma das 10 reuniões realizadas pelo GT do MEC.

FOTO: Buna Yunes/Imprensa ANDES-SN



PRETOVIVO

PretoVivo é o nome artístico do multiartista Yhan Campos Antunes dos Santos. Nascido e criado no bairro Santa Luzia, em Juiz de Fora, foi estudante do Colégio de Aplicação João XXIII e cursa Ciências Sociais na UFJF. A arte e a cultura estiveram presentes em sua vida desde a infância. O hip-hop tem um lugar especial para o artista; as letras fortes e significativas são fonte de inspiração, identificação e representatividade. Passou a fazer parte do movimento slam e integrar o **Sararau Crioulos**. Em 2021 abriu seu estúdio, o **Fumacinha Records**, onde produz sua arte e dá espaço a outros artistas. Em 2024, ficou em 1º lugar na Competição de Slam de Minas Gerais, com rimas que refletem sobre o papel da educação sob uma perspectiva crítica, social e racial. É idealizador e gestor do projeto social **Alto Falante**, no bairro onde cresceu. Lá, realiza oficinas culturais para crianças e adolescentes, como forma de afastamento de um ambiente propício à criminalidade. PretoVivo é autor do livro **Aluno Problema** publicado pela Editora Fala. A obra, que pode ser lida como **Aluno Poema**, aborda temas como racismo, desigualdade, violência policial e a luta diária por dignidade e reconhecimento.

UNIVERSIDADE CÚBICA

SALA DE AULA É LUGAR DE TRANS-
FORMAÇÃO!

Não é formar mão de obra, é formar opinião.
Cidadãos críticos transformando sentimen-
tos em ação
Repensando a nossa educação.

A universidade pública, é um universo públi-
co para todo o público que quiser desfrutar
Mas a cada metro cúbico, tem um problema
cíclico, com interesse único e nós temos que
lutar

Pelo direito de estudar, o acesso à cultura,
contra isso de censura, por que a essa altura
até professores eles querem censurar

Segregação tá presente desde o início da
história!

Da história deles,
Porque nossa história não começa bem de
onde eles dizem. Começam da colonização
pra esconder nossas origens.

Mataram os nossos parentes!

Os donos dessa terra toda, e nois é descen-
dente!

Sou da 3º geração de pretos não escravizada
A 2º que a família não tá aldeada

Meus parentes aldeados eu nem sei se ainda
estão vivos

Eu não sei da minha história, eles queima-
ram nossos livros.

Eles investem em guerras

Cortam verbas de escolas

Demonizam os livros

E romantizam pistolas

Minha terra tem quebrada

E a menorzada quer estudar

Se o governo não tá lá, o tráfico vai recrutar

Muito cedo uns viram estrelas, poucos vi-
ram jogadores, outros são assassinados e as
famílias sentem as dores.

Um ensino público de qualidade é o temor
dos senhores

Por saber que da quebrada saem doutoras,
doutores, professoras, professores

Que antes de se sentirem rainhas e reis
POW!

Coroa de flores

E eu ainda tenho que ouvir dos senhores

que faculdade é balbúrdia

E que só quem não quer não muda.

Um ensino público de qualidade é apenas
uma muda

Que se regada regada se torna muito maior

Mas a muda está na sombra, o madeireiro

assombra

Se cair no esquecimento, nossos frutos vi-
ram pó.

E só pra deixar marcado:

Eu não te chamo de doutor se ocê não tiver
doutorado,

Lá na UFJF de doutor nois ta regado

Tamo a mais de 60 anos reforçando esse
legado

Que um ensino gratuito pode ser o mais
mandado

A arma que me atacam é fuzil e escopeta

E eu contra ataco com meus livros e caneta!

Reforma Administrativa: modernização ou destruição?

Isabella Mendes

Neste ano de 2025, voltou à agenda política o tema de uma reforma do Estado brasileiro, que tem como um dos eixos principais a chamada Reforma Administrativa. O projeto de emenda constitucional que se delineia se apresenta como novo, mas está ancorado em antigos argumentos: tornar o Estado brasileiro “**eficiente**”, acabar com “**privilégios**” de servidores/as, “**desburocratizar**” serviços.

Os termos em destaque, porém, têm diferentes sentidos bem diferentes a depender do posicionamento político-ideológico de quem os defende. Basta dar uma olhadinha nas figuras que estão à frente do projeto atual para identificar que sentidos são esses.

O requerimento de criação do Grupo de Trabalho sobre a reforma, bem como a relatoria do projeto, é de autoria do deputado bolsonarista Zé Trovão (PL-SC). O coordenador do GT, Pedro Paulo (PSD-RJ), chegou a declarar que pretendia incluir no relatório propostas como a “desvinculação do salário mínimo dos benefícios previdenciários e das despesas de Educação e Saúde”. Fica evidente, portanto, que o projeto que se apresenta está longe de melhorar os serviços prestados à população brasileira e diminuir as distorções entre servidores. Pelo contrário, defendendo interesses do capital, a concepção de eficiência em vigor está vinculada a uma noção de produtividade empresarial, desvinculada dos direitos sociais. Direitos trabalhistas básicos, como estabilidade e remuneração justa, são compreendidos como privilégios. E desburocratizar, segundo a lógica do capital, tem o sentido de deixar em segundo plano a transparência e a impessoalidade das relações e decisões de Estado, abrindo margem para o assédio e apadrinhamento.



Prensa?

Chamou a atenção de diversos analistas o fato de que o atual projeto da reforma avançou “a toque de caixa”, sem participação pública efetiva. O Grupo de Trabalho foi criado em **maio de 2025** pelo presidente da Câmara Hugo Motta (Republicanos-PB). Na única audiência pública sobre o tema, no dia **7 de junho**, as entidades convidadas tiveram apenas 3 minutos para se manifestarem. Na ocasião, Gustavo Seferian (ANDES-SN) apontou que o tempo de fala, bem como o tempo de trabalho do GT, são ínfimos diante dos impactos estruturais que a reforma terá para servidores/as e população. No dia **3 de setembro**, novo “debate” foi realizado, em uma Comissão Geral na Câmara. Novamente, 3 minutos de fala por participante. E apesar das promessas, o texto da proposta não tinha sido apresentado. Os debates se baseavam em declarações do deputado Pedro Paulo à imprensa.

O relatório do GT foi divulgado no dia **2 de outubro** e, com ele, foram apresentadas: uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), um Projeto de Lei Complementar (PLP) e um Projeto de Lei (PL). No dia **24 de outubro**, proponentes da Reforma conseguiram as 171 assinaturas de deputados e deputadas, necessárias para protocolar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e iniciar a tramitação da Reforma Administrativa. A PEC tramitará como **PEC nº 38/2025**.

Cavalo de Tróia

Em seminário organizado pelo Fonasefe, Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, argumentou que, o que está por trás da histórica tentativa de desmonte do Estado, levada a cabo por todos os governos, é o **sistema da dívida**. E na conjuntura atual, o desmonte tem como prioridade o cumprimento de metas do **Arcabouço Fiscal**. Fattorelli alerta que, para isto se realizar, estamos prestes a revogar os **pisos constitucionais da Saúde e da Educação** e aprovar as contrarreformas Administrativas e da Previdência. Nesse cenário, a perspectiva de reajustes salariais, estruturação de carreiras, investimento no serviço público, ficam cada vez mais distantes - como ficou evidente na greve da educação federal, cujo acordo sequer foi cumprido integralmente. “Enquanto isso, para o mercado financeiro, não falta dinheiro. Enquanto a gente tá vendo todo esse arrocho no setor público, a gente está assistindo à farra do Banco Central, que elevou a Selic a 15%, fabricando outra crise. E ao aprofundar a crise, dá mais espaço para cortes, privatizações e contrarreformas.” Por isso, Fattorelli afirma que o desmonte serve exclusivamente ao sistema da dívida, que precisa ser enfrentado. “O privilégio do sistema da dívida está escancarado no orçamento: mais de 40% do orçamento federal vai para o sistema da dívida”. Importante assinalar que o pagamento da dívida permanece fora dos limites impostos pelo Arcabouço. Segundo Fattorelli, a única chance de barrar a Reforma Administrativa é a denúncia sobre a causa do problema, que é o sistema da dívida pública.

POR QUE BARRAR?

Tão logo as três medidas legislativas (PEC, PLP e PL) foram divulgadas, o ANDES-SN encaminhou às seções sindicais uma análise preliminar de tais proposições, destacando as mudanças em cada instrumento, os efeitos práticos sobre as três esferas da Administração Pública, as principais objeções do ponto de vista das pautas reivindicatórias do movimento sindical nos serviços públicos e uma síntese das razões pelas quais devemos combater esta reforma.

A seguir, destacamos os elementos mais críticos, do ponto de vista da luta sindical.

Desconstituição de direitos históricos

A PEC proíbe adicionais exclusivamente por tempo de serviço (quinqüênios/anuênios etc.), licença-prêmio/ licença assiduidade, progressão/promoção exclusivamente

por tempo, conversão em pecúnia de férias/ licenças não gozadas, entre outras restrições.

E condiciona adicionais de insalubridade/periculosidade a prova pericial de habitualidade e permanência.

Descaracteriza, assim, condições especiais, que ficam mais difíceis de serem comprovadas, com impacto direto na proteção social e na valorização da carreira.

Bônus por resultado

A PEC cria pilares de “gestão por resultados” com bônus anual atrelado a metas e avaliação de desempenho. Porém, o bônus é concentrado em determinados setores/carreiras estratégicas. A PEC define um teto individual de até 4 remunerações para cargos estratégicos e pagamento em parcela única, fora do teto remuneratório e não incorporado à aposentadoria.

O bônus, portanto, converte parte relevante da remuneração em parcela volátil e gerencial, sujeita a metas e a ciclos orçamentários, sem resolver defasagens salariais estruturais.

Avaliação como instrumento de controle

No capítulo de gestão de desempenho, o PLP define avaliação anual como instrumento indispensável para progressão/promoção e bônus, e abre a porta para seu uso para perda do cargo. Isso representa o mais preocupante ataque à estabilidade das/dos servidoras públicos.

Para o ANDES-SN, ainda, ao vincular avaliação a progressão/promoção e abrir uso para perda do cargo, a proposta fragiliza a autonomia técnica (no caso do magistério, por exemplo, violando a liberdade de cátedra) e pode estimular práticas de assédio por metas e punição por resultados alheios ao trabalho de servidoras/es (ex.: indicadores de rede).

Teletrabalho “anti-bem-estar”:

O Programa de Gestão e Desempenho (PGD) criado pelo PL da reforma impõe 80% de pre-

sencialidade (salvo exceção pontual), embora permita a generalização do teletrabalho, mesmo em áreas sensíveis, com potenciais efeitos deletérios para o atendimento à população, sobretudo na escala dos municípios

Ao mesmo tempo, transfere ao servidor o custeio da infraestrutura e veda residir fora do município de lotação (e, como regra, do país), restringindo políticas de conciliação, interiorização e inclusão de pessoas com deficiência ou com responsabilidades de cuidado – ainda que haja prioridades limitadas para gestantes/lactantes/guardiãs solo e vítimas de violência.

Na leitura do ANDES-SN, a medida transfere os custos ao servidor, limitação de moradia, obrigação de 80% presencial, o que reduz políticas de cuidado e inclusão – penalizando mulheres e responsáveis por crianças/PCDs, apesar de prioridades formais restritas, ao mesmo tempo que generaliza a precarização e abre possibilidade de trabalho remoto mesmo em áreas sensíveis.

Achatamento e uniformização da remuneração:

O PL do “Marco Legal da Administração Pública” estabelece que, em até 10 anos, todos os entes federados estabelecerão uma tabela remuneratória única por ente no serviço público.

Para o ANDES-SN, a tabela única desincentiva especificidades (ex.: os regimes de dedicação, titulação no setor da educação), com risco de fuga de talentos e perda de atratividade das carreiras.

Além disso, a tabela remuneratória única por ente tende a achatamento (inicial $\leq$ 50% do topo; número mínimo de níveis; amarração do nível inicial ao salário mínimo) e uniformização transversal entre carreiras, restringindo reestruturações internas e parcelas (remunerações/indenizações) não contributivas.

Em estados, municípios e no Distrito Federal, isso pressiona carreiras já defasadas e pode cristalizar perdas históricas.

Terceirização e restrição de concursos

O PL do “Marco Legal da Administração Pública” reorganiza concursos. Exige estudo técnico preliminar, dimensionamento da força de trabalho, e avalia a “execução indireta” (terceirização de auxiliares/instrumentais) antes de repor pessoal. Na prática, os concursos passam a depender de aval estratégico e orçamentário, com tendência a reposições lentas e parciais, o que pode ampliar os vazios de pessoal e incentivar a terceirização estrutural nas três esferas. Essas duas consequências podem, por sua vez, agravar a sobrecarga e precarizar serviços essenciais.

Recentralização tecnocrática:

O PLP da “Responsabilidade por Resultados” institui o SINAP (Sistema Nacional de Avaliação de Políticas Públicas) com comitê gestor, catálogo de políticas e portal de dados abertos. Também amplia a integração avaliação-orçamento (PPA/LDO/LOA), condicionando a disponibilidade orçamentária para os diferentes órgãos da administração às metas estabelecidas nos programas de avaliação. O PL do “Marco Legal da Administração Pública” cria o COPAR (Conselho Federal de caráter consultivo) para diretrizes e pareceres sobre remuneração e carreiras. Em síntese, o SINAP nacionaliza padrões de avaliação e dados, e o COPAR orienta diretrizes de remuneração e reestruturações. Para entes subnacionais, isso tende a padronizar para baixo carreiras e salários, quando combinado a limites fiscais e à tabela única, com efeitos sobre planos de carreira estaduais e municipais. Além disso, o SINAP/COPAR e demais medidas de padronizações nacionais previstas na reforma podem homogeneizar políticas de carreira/avaliação sem diálogo setorial, tensionando a autonomia de órgãos autárquicos e especificidades de sistemas estaduais/municipais.



Novos quadros

Atual presidente da APES faz um balanço das recentes mobilizações docentes e aborda os atuais desafios da luta no âmbito da UFJF e do IF Sudeste MG

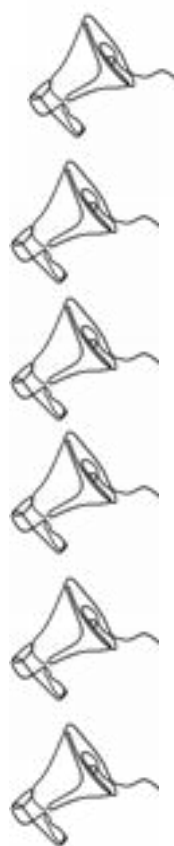
“O sindicato tem esse papel importante de impor o que são suas discussões históricas, suas posições históricas, dentro do debate com a base. E buscar um espaço para que consiga não só apresentar suas ideias, mas mostrar sua força. Mostrar a força das trabalhadoras e dos trabalhadores organizados mesmo diante de um contexto tão complicado.”

Quanto mais duradouros os laços que a gente conseguir, melhor.”

É chamando à mobilização e à união da categoria que o atual presidente da APES, Jean Domingos, marca sua trajetória sindical. Em meio a mobilizações importantes da categoria, como a greve de 2024 e o combate ao projeto do executivo de Reforma Administrativa, Jean luta em terreno conhecido.

Jean é docente do curso de Direito da UFJF, campus de Governador Valadares. Jean vem de uma base recente da categoria, que participou da greve em 2016 e das lutas pós-golpe. Antes da militância, já lidava com os sindicatos, mas enquanto objeto de estudo. Em sua trajetória acadêmica, pesquisou a liberdade sindical e as negociações coletivas de trabalho a partir do seu campo de estudo, o Direito do Trabalho. A partir da reflexão acadêmica e impulsionado a construir respostas políticas, Jean conversou com o Travessia sobre as atuais condições e demandas da categoria e sobre os desafios da mobilização sindical no presente. Confira.

Jean Domingos



Marcha Nacional Unificada dos Serviços Públicos contra a Reforma Administrativa
FOTO: Eline Luz/ Imprensa ANDES-SN

TRAVESSIA: O que a greve da educação federal realizada em 2024 nos ensinou sobre a capacidade de mobilização e de negociação dos sindicatos hoje?

JEAN: A greve de 2024 é uma greve com perfil muito diferente de greves das anteriores. Um detalhe que é importante de ser destacado nela é a questão relativa a uma catalisação que a gente percebeu do processo de deflagração de greve. Lembro-me que quando estávamos no Congresso do ANDES, no início do ano passado, e que havia ali um indicativo de greve, a avaliação era a de que a base não estava mobilizada o suficiente para que a gente tivesse uma greve dentro de um horizonte próximo, por exemplo, o primeiro semestre de 2024. No entanto, quando a gente volta com essa tarefa dura lá do Congresso de Fortaleza, de construir uma greve, construir uma mobilização, a gente percebeu dentro da diretoria, naquela época, que o movimento evoluiu de maneira muito rápida. Tanto que a APES, dentro daquele contexto, foi uma das entidades que entrou na greve primeiro. Nas primeiras semanas de mobilização a gente já estava com a greve deflagrada na instituição. Acho que a gente teve ali uma tarefa muito bem feita nessa construção. As assembleias, a gente buscando inteirar a base sobre as discussões que estavam sendo feitas, a condução da mesa de negociação, com o auxílio de muitos companheiros e companheiras com mais experiência nisso, e o resultado foi a deflagração. Talvez um ponto que a gente vê hoje sobre capacidade de mobilização, é como a gente vai conseguir comunicar isso. Eu acho que nesse período atual de rede social, talvez a gente tenha uns processos de mobilização que sejam mais céleres, se comparados a situações anteriores.

No entanto, manter a mobilização é complicado. Dentro da esfera de representação da APES, conseguimos uma boa adesão à greve, mas quando a gente partia para mobilizações mesmo, era algo mais difícil. Era algo que a gente buscou construir, mas tivemos maior dificuldade para conseguir construir dentro do nosso âmbito. E sobre a negociação dos sindicatos, a gente conseguiu ali, com uma pressão muito grande, reverter algumas condições desfavoráveis que se apresentavam na negociação. Tivemos ali um determinado período em que o governo, a cada mesa de negociação, a cada sentada, ele dava um ultimato. E a gente, com o fortalecimento da greve, a adesão ali de outras entidades, conseguimos avançar na pauta colocada. A greve tem o fim em junho. A gente acredita que poderia ter sido melhor contemplado, mas tivemos alguns ganhos dentro daquilo que foi possível na greve de 2024. Esse é o balanço um ano depois. Lógico que a gente tem outras tarefas, porque parte do acordo ainda não foi cumprido. Há outros temas que entram em pauta. Houve uma dificuldade tremenda quando a gente fala de implementação daquilo que foi um aumento negociado na greve agora no ano de 2025. Então ainda temos desafios em curso.

TRAVERSSIA: Quais são os principais desafios que o movimento sindical enfrenta atualmente?

JEAN: Um desafio que a gente tem é a compreensão da mudança do perfil de trabalhadores e trabalhadoras que estão abrangidos dentro da esfera de representação do sindicato. Esses trabalhadores e trabalhadoras, que o sindicato precisa compreender, estão diante de uma excessiva fragmentação e individualização da forma como as relações de trabalho são postas, estão dispersos no território, estão num território excessivamente virtualizado. Então o sindicato tem

que buscar, para além daquilo que seriam suas formas de comunicação tradicional, formas de relações com aqueles trabalhadores e trabalhadoras que sejam mais duradouras. Conforme a resposta anterior, na greve de 2024 a gente teve uma mobilização catalisada.



Tivemos um forte engajamento dentro daquele período, no entanto, foi uma relação que não se tornou tão duradoura quanto se imaginava. É lógico que algumas pessoas ficaram e persistiram diante daquele cenário posto, mas o nível de participação que a gente teve durante a greve não é o nível de participação que a gente tem atualmente. Então, a gente tem ali essa necessidade de compreender como construir essas relações mais duradouras com trabalhadores e trabalhadoras diante desse ambiente individualizado e fragmentado, como eu ressalté anteriormente. E aí, no caso, talvez a gente tenha um ponto para tentar aperfeiçoar aquilo que seria essa luta sindical, é compreender as demandas que visam agregar os trabalhadores e trabalhadoras. Já tem demandas específicas, nas quais estamos trabalhando. Mas é aquela atividade ainda de tentar alcançar essas pessoas. São demandas que vão, inclusive, lidar com alguns desdobramentos da questão da fragmentação e individualização. A gente tem uma precarização do trabalho, uma potencialização da produção, um alto nível de adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras, um salário que está defasado em relação àquilo que seriam os ganhos de vida conquistados por essa classe trabalhadora em momentos anteriores.

Então, talvez a forma seja tentar compreender essas demandas que agregam, buscar restabelecer esses laços com trabalhadores e trabalhadoras e, principalmente, cativá-los para se estabelecer laços mais duradouros.

TRAVERSSIA: E quanto a APES, quais são seus principais desafios atuais?

JEAN: Quando a gente olha para o âmbito de representação da UFJF e do IF Sudeste MG, a gente tem desafios muitos próprios. Inclusive, eles são um pouco diferentes dentro da UFJF e do IF Sudeste MG. Talvez o primeiro ponto é lidar com aspectos relativos à multicampia. No IF Sudeste MG, isso é uma situação a ser colocada, a gente tem ali campi diversos fora de Juiz de Fora. A fragmentação em campi menores também é uma questão a ser colocada. Então o que a gente tem que buscar é trazer para a participação, para a agregação. No âmbito da UFJF, um ponto, quando a gente fala de fragmentação no território e multicampia, é principalmente aqui no campus de Governador Valadares, que a gente não tem um campus ainda estabelecido. E aí são diversos prédios espalhados cidade afora. Então, é difícil, por vezes, saber onde os professores e professoras estão. Por vezes eles sequer têm condições de conseguir ter um horário de atendimento, uma sala dos professores, um ambiente adequado para poder fazer o trabalho dentro da universidade. Então, alcançar, identificar, ver e se aproximar dessas pessoas é um desafio. Outros desafios colocados são as formas pelas quais se operam algumas mudanças administrativas dentro da carreira, que potencializam a individualização e as questões de fragmentação. Estamos intensificando uma campanha de sindicalização na busca de se fazer presente junto a professores e professoras que, porventura, não tenham nos identificado da maneira própria. E que, então, poderiam compreender melhor

como o sindicato contribui na vida delas.

TRAVERSSIA: Estamos novamente às voltas com o debate sobre uma Reforma Administrativa, que pode ser considerada uma reforma do próprio Estado brasileiro. A quem interessa esta reforma? E qual seria o impacto para os/as docentes e para as instituições?

JEAN: Quando a gente fala de Reforma Administrativa, nos vem à mente, em um primeiro momento, uma reforma feita a partir do redesenho da legislação, da Constituição, em torno daquilo que é o trabalho na administração pública. Isso é uma leitura, e é uma leitura importante de ser colocada, mas eu vou buscar construir uma resposta aqui de uma maneira um pouco mais profunda. Porque é necessário compreender que essa lógica de reforma está inserida dentro de um contexto neoliberal. Então, temos uma reforma neoliberal. É uma reforma flexibilizadora e precarizante daquilo que são as relações de trabalho. Então, ela compreende uma resposta de reforma no nível legal-constitucional, mas também é possível perceber esse tipo de reforma ocorrendo no nível administrativo mesmo. Estou falando do plano do executivo, no plano da administração das próprias instituições.



Jean como delegado da APES no 43º Congresso do ANDES-SN.
FOTO: Eline Luz/ Imprensa ANDES-SN

A gente já percebe traços dessa reforma quando a gente vai falar de discussões de instruções normativas do executivo federal, portarias e outras normas das próprias instituições. Quando a gente olha para essas normas que estão sendo alteradas nesse plano, que não é um plano do legislativo, mas um plano do executivo, são normas criadas e alteradas que também reproduzem esse mesmo tipo de lógica. São frentes diversas as quais a gente tem que enfrentar diante desse cenário de um ímpeto neoliberal para a reconfiguração do trabalho. Então, por exemplo, fazendo um recorte histórico que a gente tem atual, dezembro de 2025, quando a gente olha para o plano interno normativo da UFJF, a gente tem duas discussões no âmbito do CONSU que são muito relevantes, que vão estar orientadas nesse sentido. São as discussões do Plano Individual de Trabalho - Relatório Individual de Trabalho (PIT-RIT) e do professor voluntário. São normas que vão buscar dar uma resposta neoliberal dentro do âmbito administrativo. O PIT-RIT com uma norma excessivamente punitivista e produtivista, e o professor voluntário tentando lidar com o problema de precarização docente atual, com uma resposta trazendo a contratação de um docente ainda mais precário, nesse caso sem salário, tendo em vista que é um professor voluntário. E também temos um detalhe curioso dentro da discussão atual. Por mais que a gente esteja falando há meses de reforma administrativa, o texto da proposta demorou a ser apresentado. Essa demora em apresentar uma base pela qual se pode discutir de maneira clara com trabalhadores e trabalhadoras do Brasil todo, de trabalhadores da administração pública, seja no nível federal, seja no nível estadual, seja no nível municipal, tendo em vista que essa reforma visa afetar todos esses trabalhadores, torna o diálogo social deficitário e dificulta a organização.

TRAVERSIA: Quais os possíveis impactos de uma reforma administrativa para docentes e instituições de ensino e pesquisa?

Estamos diante de um ambiente de relações de trabalho em um contexto neoliberal, e essas relações são precarizadas, potencializadas, individualizadas, fragmentadas – a resposta que a gente poderia ter é de precarização do trabalho docente, uma competição entre professores e professoras, na busca de um melhor espaço salarial, se a gente estiver trabalhando num termo de distinção. Temos pessoas dispersas, que não estão necessariamente dentro de uma atuação coordenada, e colocando professores e professoras dentro de um ideal de concorrência, mais distantes elas estarão dentro de um ideal de trabalho contíguo, na busca de um ensino público gratuito, de qualidade, socialmente referenciado. Antes do projeto de Reforma Administrativa ter sido divulgado, fizemos o combate no plano do debate: compreendíamos as lógicas, mas não conhecíamos os instrumentos. Agora que o projeto foi apresentado, as críticas e a mobilização devem ser feitas de maneira contundente. Conseguimos fazer isso em momentos anteriores, em 2019, 20, 21. E estamos nos organizando para fazer isso novamente.



Inteligência Artificial: o mundo atual vive revoluções por minuto

Daniel Goulart

A Era das redes sociais nem bem se iniciou e já se mostra estar em plena transformação, ao mesmo tempo em que o advento das Inteligências Artificiais (IAs) parece conter, dentro de seu escopo, revoluções constantes.

Historicamente, é possível constatar que a utopia de que as máquinas libertariam o homem da escravidão do trabalho sempre cai por terra, diante da exploração empreendida pelo sistema, desde o tempo em que as máquinas a vapor começaram substituir a mão-de-obra operária, ocupando vagas que antes eram humanas.

Seguindo essa lógica, observamos o cenário atual da exploração capitalista, que busca se livrar da pressão por direitos e remuneração digna, ao substituir trabalhadores por automação, em processo que se adequa bem à concentração de poder e renda, característica do capitalismo avançado.

Mas, frente a este cenário, o que dizer da educação?

A Inteligência Artificial poderia substituir o docente?

Em uma “conversa” com o Chat GPT, um dos primeiros chatbots baseado em LLM (modelo de linguagem grande) colocados à disposição dos usuários na internet, o algoritmo, ou seja lá quem

foi que respondeu, afirmou que as IAs podem “transformar significativamente a educação, mas não podem substituir completamente professores e professoras em todos os setores”.

A argumentação é de que ela pode prestar apoio personalizado ao aprendizado, adaptar conteúdos ao ritmo e estilo de cada estudante, oferecendo reforço ou avanço conforme necessário. Pode realizar correção automática de testes de cunho objetivo e ajudar a gerar feedback imediato em tarefas escritas, com base em padrões linguísticos; pode colaborar no planejamento, elaboração de provas e relatórios; pode estar 24h por dia disponível para estas tarefas e pode gerar automação de tarefas administrativas.

No entanto, ainda segundo o Chat, a Inteligência Artificial não pode substituir a relação

humana e o afeto, não substitui a mediação pedagógica e sensibilidade, já que o docente é capaz de perceber nuances, como o desânimo de um aluno ou dificuldades não verbalizadas. Apenas humanos poderiam contextualizar saberes, estimular o senso crítico com compreensão ética e, por final, estabelecer uma relação humana e de afeto, já que a educação é também formação de valores e convivência. “O vínculo com o professor é central no desenvolvimento emocional e social”, escreveu a IA.

A professora Lisleandra Machado, do IF Sudeste MG, campus Santos Dumont, reconhece pontos positivos na utilização das IA na educação, no entanto, afirma que a questão é complexa, envolvendo tanto oportunidades transformadoras, quanto desafios significativos. A docente faz um alerta sobre a possibilidade de aprofundamentos da desigualdade no país:

“Importante ressaltar que cerca de 20% dos brasileiros não têm acesso à internet, limitando a inclusão digital; temos baixa conectividade (especialmente em regiões remotas) e limitações em capacidade computacional. Estes pontos podem aprofundar a divisão entre escolas públicas e privadas.”

Lisleandra destaca ainda a necessidade da regulação, pois ainda não há leis claras sobre o uso ético das IA na educação. “Precisamos da garantia que a IA seja usada como ferramenta complementar, e não substituta.”

Outro ponto levantado pela professora é a possibilidade de dependência digital externa, já que muitas plataformas de IA são controladas por grandes corporações estrangeiras, “fato que gera dependência de softwares proprietários e riscos à soberania educacional. A falta de desenvolvimento local de tecnologias educacionais limita a adaptação às realidades regionais”.

Ela aponta ainda os riscos de padronização do ensino, já que os algoritmos poderiam reforçar vieses presentes em seus bancos de dados, limitando perspectivas críticas e diversificadas. “Ademais, o excesso de automatização pode engessar metodologias de ensino, desconsiderando contextos culturais e individuais”, ressalta.

A docente afirma que o Brasil precisa estabelecer estratégias que priorizem a proteção dos usuários e a qualificação da mão-de-obra, com letramento digital para uso consciente e seguro da IA.

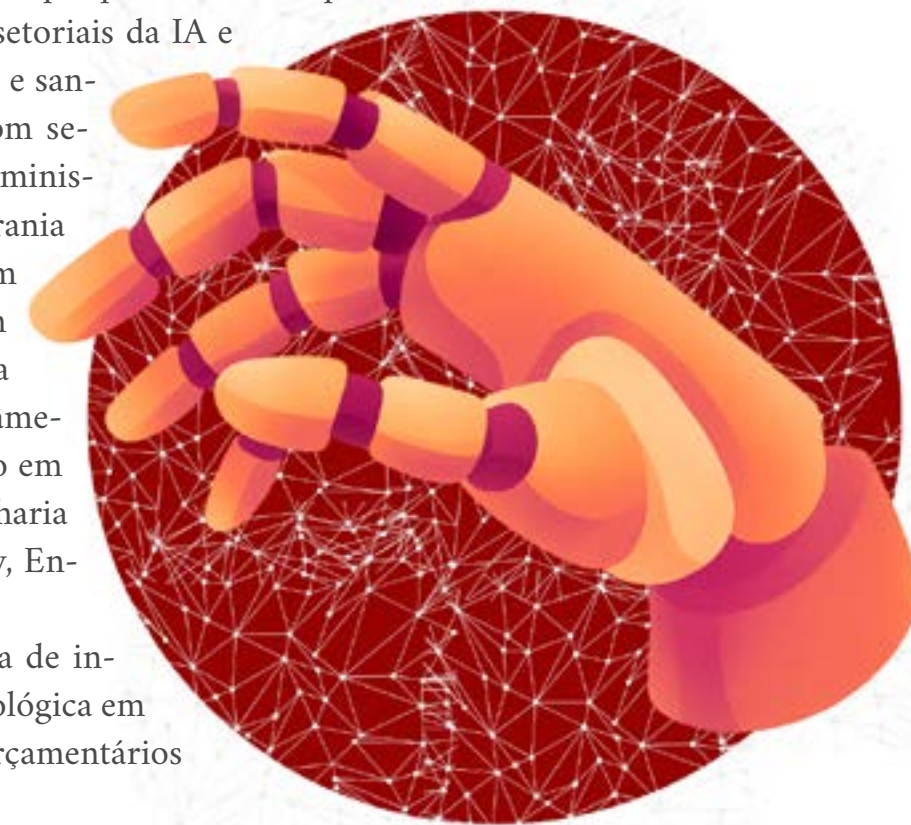
Ela defende a aprovação do Marco Legal da IA com clareza sobre responsabilidades e direitos; o aumento no investimento em Pesquisa/Desenvolvimento e infraestrutura por meio de financiamento de projetos/pesquisa de IA para pesquisadores e empresas brasileiras; a criação de aplicações setoriais da IA e testes-piloto em setores prioritários e sandboxes para incentivar inovação com segurança; a criação do Comitê Interministerial de IA, visando garantir a soberania nacional e estabelecer a IA também como prioridade; a cooperação com UE e OECD em padrões éticos, para abrir discussões e estabelecer parâmetros, e o fortalecimento da educação em STEM (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática - Science, Technology, Engineering, and Mathematics).

Tudo isso, dentro de uma política de incentivo à produção científica e tecnológica em IA, com a destinação de recursos orçamentários que de fato priorizem essas ações.

Impactos

Além das preocupações já levantadas, o professor Augusto Cerqueira, da diretoria da APES, aponta que “os modelos generativos de IA como os chatbots são treinados a partir de gigantescas bases de dados e geram suas respostas sem que as fontes sejam citadas e muito menos sejam respeitadas questões como direitos autorais. Outro problema para o funcionamento e desenvolvimento desses sistemas é a quantidade enorme de processamento computacional requerida, com alta demanda energética, gerando impactos ambientais nos locais onde estão instalados e, infelizmente, o Brasil tem indicado a possibilidade de instalação de centros de processamento de dados de empresas estrangeiras no país”.

Finalmente, voltando ao início desse texto, as ferramentas de IA, como os demais avanços tecnológicos, têm grande potencial de gerar impactos sociais positivos. Entretanto, tais impactos são, via de regra, minimizados no sistema capitalista, em sua busca incessante pela maximização dos lucros. Tais ferramentas já têm sido utilizadas amplamente pelas grandes corporações da educação, contribuindo para a ampliação da plataforma e substituição indiscriminada do trabalho docente na rede privada. Portanto, torna-se importante que a sociedade esteja atenta, visando ampliar o debate sobre o tema dentro de sindicatos e nas instituições, no contexto da defesa da educação pública, laica, gratuita, inclusiva e socialmente referenciada.





Lutem!

Alice Oliveira e Olavo Claus

O ano de 2025 marca a criação do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe para as Questões Étnico-Raciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) local da APES. Inspirado no GT de mesmo nome do ANDES-SN, o grupo tem como propósito fortalecer a luta contra o racismo, a misoginia e a homofobia, contribuindo para a construção de uma educação pública, laica, democrática e inclusiva.

Nesta edição, o ensaio fotográfico da Revista Travessia inspira-se na criação do GTPCEGDS e revisita o acervo fotográfico da APES, propondo uma reflexão sobre as lutas e suas intersecções.

Com base na interseccionalidade e na aliança entre as lutas de classe, de gênero, étnico-raciais e dos povos historicamente oprimidos, rendemos homenagem às lutadoras e aos lutadores sociais que constroem, com coragem e solidariedade, os caminhos da transformação coletiva.

“Não acredito que seja saudável escolher uma luta e dizer que é mais importante do que outra, mas sim, em reconhecer como as diferentes lutas se conectam.”

Angela Davis





1 Mulheres de Asè
Marcha | 8 de março de 2023

2 Performace de Cica Liberdade
Festival Cultural | 8 de março de 2023

3 Ato “Marielle Vive”
Março de 2019

4 Bloco Filhas da Luta
Fevereiro de 2025

5 Maracatu Estrela da Mata
Ato “Vidas Negras Importam”
Abril de 2019

6 Marielle, Presente!
Protesto ao assassinato de Marielle
Março de 2018

7 Ato “Vidas Negras Importam”
Abril de 2019

8 Lucimara Reis (8M/JF)
Ato “Quem manteu matar?”
Novembro de 2019

9 Maracatu Estrela da Mata
Ato “Vidas Negras Importam”
Abril de 2019

10 Greve Geral
Contra a Reforma da Previdência
Abril de 2017

Crise do Capital, Conjuntura Brasileira e a Luta dos Trabalhadores

A conjuntura atual é marcada por uma grave crise do capital de múltiplas dimensões: econômica (financeirização, bolhas, políticas neoliberais), política (instabilidade, golpes, ascensão da extrema direita), e social (redução da renda, perda de direitos, desregulamentação do trabalho). Esse cenário é agravado pela crise sanitária pós-2019 e pela crise ambiental (queimadas, secas, enchentes no Brasil). O cenário global intensificou conflitos militares, culminando no genocídio palestino, apoiado pelo bloco imperialista liderado pelos EUA.

Crise no Brasil e ascensão da Extrema Direita

No continente americano, a extrema direita consolidou-se no aparato estatal, apesar das divisões na burguesia que ainda tenta manter a frágil democracia burguesa. No Brasil, o golpe de 2016 foi o instrumento burguês para enfrentar a crise, visando maior concentração de renda e lucro e alinhamento com interesses imperialistas. Com a crescente influência neopentecostal e a politização mi-

litar, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 consolidou o bolsonarismo como principal expressão da extrema direita.

Parte da burguesia apoiou abertamente o bolsonarismo, enquanto outra buscou limitá-lo, o que resultou na anulação dos processos de Lula, abrindo caminho para sua eleição em 2022. Partidos de esquerda, movimentos sociais e sindicatos aderiram ao governo Lula em bloco, priorizando a luta pela democracia contra o fascismo.

Apesar da vitória apertada na presidência, a extrema direita ampliou sua força em instâncias parlamentares e locais, resultando em um governo Lula relativamente fraco e refém de uma burguesia ainda dividida. Essa fração burguesa tenta desarticular o bloco bolsonarista



Marcha das Mulheres Negras/Foto: Eline Luz (ANDES-SN)

via processos, cassações e prisões. A resistência bolsonarista se expressou mais explicitamente pelo “tarifaço” de Trump e sanções ao STF.

Governo Lula, Austeridade e a Classe Trabalhadora

Apesar da celebração governamental por pequeno crescimento econômico e queda na taxa de desemprego, a realidade da classe trabalhadora permanece difícil devido à falta de perspectiva, aumento da exploração e perda de poder aquisitivo. O cenário é agravado pelo desinvestimento estatal em serviços públicos, notadamente a falta de recomposição orçamentária para universidades e institutos federais.

No campo fiscal, a revogação do Teto dos Gastos foi substituída pelo Arcabouço Fiscal, que mantém a lógica de “austeridade”, limitando gastos públicos e buscando desvincular mínimos constitucionais em saúde e educação. Essa medida compromete o financiamento social, aprofundando o neoliberalismo. Ataques anteriores, como a Reforma Trabalhista, não foram revogados.

Reforma Administrativa

O governo vem implementando elementos da reforma administrativa de forma gradual, e o Congresso Nacional apresentou uma proposta mais agressiva (PEC, PLP, PL), com ataques profundos aos servidores. A proposta tem três aspectos críticos:

1. Centralismo Federativo: Restringe a autonomia de estados e municípios na gestão de pessoal, transferindo o controle (carreira, concursos, remuneração, benefícios) para a União.

2. Fragilização da Estabilidade: Regulamenta a demissão de servidores estáveis por desempenho insuficiente, abrindo precedentes para assédio e perseguições.

3. Flexibilização das Contratações: Impacta o acesso via concurso público, amplia o uso de contratos temporários e precariza o ingresso no serviço público.

A Reforma também pode promover o desmanche dos sindicatos do funcionalismo federal (ANDES-SN, Fasubra, Sinasefe) ao extinguir a organização setorial das carreiras, transformando-as em carreira única e criando um centro de poder dissociado dos ministérios. Isso enfraquece entidades cruciais na defesa do serviço público. Outro ataque é a sistemática desvinculação remuneratória entre ativos e aposentados (atuais e futuros), possibilitando a extinção das carreiras atuais e afetando a paridade.

A Marcha Nacional Unificada dos Serviços Públicos contra

a Reforma Administrativa, em 29 de outubro, reuniu mais de 20 mil servidores em Brasília, marcando a maior mobilização do período e contendo o avanço da proposta no Congresso.

Educação e Docência

Na educação, apesar de avanços limitados (como o fim da militarização das escolas), medidas como a revogação da Reforma do Ensino Médio não se concretizaram. Programas como “Mais Professores” e a Carteira Nacional Docente são vistos como paliativos que ignoram a valorização salarial, carreira e condições de trabalho dos docentes.

O Plano Nacional de Educação 2024-2034 (PL 2614/2024), com relatoria ligada ao ensino privado, aprofunda a financeirização e privatização da educação. A proposta é insuficiente em financiamento e acena para uma ampliação do acesso sem incremento real de recursos públicos ou política efetiva para a carreira docente, beneficiando grandes conglomerados empresariais e tendendo à virtualização e baixa qualidade do ensino.

A greve docente de 2024 resultou em conquistas insuficientes, não corrigindo as perdas históricas. A mobilização refluíu no período subsequente, seguindo a tendência geral da classe trabalhadora. A marcha de 29/10 foi um marco importante na retomada da mobilização contra a Reforma Administrativa e da mobilização da categoria.

Desafios e Perspectivas para a Luta Sindical

Pautas progressistas como “sem anistia”, “Palestina livre”, e “fim da escala 6x1” não têm promovido grandes mobilizações de massa, resultando em lampejos intermitentes de luta. O movimento sindical sofre com a apatia, os efeitos da reforma trabalhista, o declínio de greves e a queda nas taxas de sindicalização.

No entanto, a luta contra a Reforma Administrativa conseguiu aglutinar parte dos servidores, e a Segunda Marcha das Mulheres Negras reuniu mais de 200 mil mulheres, sendo a maior mobilização popular do ano. Em ambas, houve participação relevante do ANDES-SN.

A situação impõe a necessidade de resistência e construção de perspectivas, exigindo o fortalecimento contínuo dos sindicatos através do incremento da sindicalização e da participação nas instâncias de mobilização. É crucial buscar a unidade da categoria, superando o divisionismo e combatendo os efeitos da intensificação das rotinas de trabalho.



NÃO
É SÓ POR
JÁ NA
LUTA